

ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA (1887/1945)



Armando de Salles Oliveira formou-se em engenharia pela Escola Politécnica de São Paulo, tornando-se empresário bem sucedido. Tendo se casado com uma filha de Júlio Cesar de Mesquita, diretor-proprietário do jornal **O Estado de S. Paulo**, com a morte deste, em 1927, passou a ocupar a presidência da sociedade anônima que detinha a posse do jornal. Teve uma atuação política destacada durante um período relativamente curto, a rigor inserido num único decênio, a década de trinta. Coube-lhe entretanto um papel decisivo no que respeita à sorte do ideário liberal em nossa terra,

juntamente com Júlio de Mesquita Filho, que passou a dirigir o jornal com a morte do pai. Em que pese haja sido derrotado o movimento que liderava e encarnava, sua bandeira seria o principal ponto de referência no ciclo que se seguiu após a derrocada do Estado Novo e que passaria à história com a denominação de “interregno democrático 1945/1964”.

O desfecho representado pelo golpe de 10 de novembro de 1937 e a subsequente ditadura de Vargas obscurecem o fato de que a corrente liberal encontrava-se numa fase ascendente na década de vinte. Derrotada na luta que se seguiu à proclamação da República, com a mudança no regimento da Câmara, sob Campos Sales, permitindo que a Mesa fixasse a sua composição sem referência ao pleito eleitoral e tornando as eleições uma farsa, os liberais ficaram muitos anos sem bandeiras adequadas à circunstância, embora a campanha civilista haja postergado a completa militarização da República. Contudo, após a Primeira Guerra, ocupam-se sucessivamente da questão social. Coube-lhes a iniciativa de organizar, na Câmara, a Comissão de Legislação Social, de promover a adesão do País à OIT (Organização Internacional do Trabalho) e de encaminhar, no Parlamento, o exame de legislação disciplinadora da matéria.

A força do movimento liberal pode ser entrevista ainda pelo cerco a que se viu submetido, na Câmara dos Deputados, o jovem líder da representação rio-grandense, Getúlio Vargas, durante a guerra civil gaúcha de 1923, que termina com o Tratado de Pedras Altas (dezembro, 1923), consoante o registro preservado nos Anais do Congresso. Os liberais gaúchos obtêm enfim importante vitória, sobre os castilhistas, ao conseguir que o Rio Grande fosse enquadrado no sistema legal do País, pondo termo às sucessivas reeleições de Borges de Medeiros, conquista consagrada na Reforma Constitucional de 1926.

Em suma, se o liberalismo não se encontrasse em fase ascendente tornar-se-ia inexplicável a denominação de Aliança Liberal ao movimento que levou à derrubada da República Velha.

Outro feito notável corresponde à criação do Partido Democrático, em São Paulo, no ano de 1926, que marca o fim do sistema de partido único. Até então, as agremiações partidárias eram estaduais e denominavam-se invariavelmente de Partido Republicano (Paulista, Rio-grandense etc.). Buscando dar fundamentos teóricos à ação do novo partido, João Arruda (1861/1943), catedrático de Filosofia do Direito na tradicional Faculdade do Largo de São Francisco, publica, em 1927, **Do Regime Democrático**. Na capa desse livro aparece pela primeira vez a consigna “O preço da liberdade é a eterna vigilância”, adotada pela União Democrática Nacional –organizada após a queda do Estado Novo--, cujo nascimento está necessariamente ligado ao Partido Democrático mas igualmente à emergência no cenário político de Armando de Salles Oliveira.

Aqui se inicia uma quadra trágica da história do País e também a ação de Armando de Salles Oliveira. A tragédia começa da forma adiante descrita por Antonio Carlos Pereira: "O primeiro embate entre a mentalidade 'perfeitamente revolucionária' e a mentalidade 'política' se daria pela posse de São Paulo. A revolução fora feita para depor um presidente da República que construía sua vida em São Paulo e para impedir a posse de um candidato que presidira o Estado. Ambos encarnavam os costumes políticos e administrativos que se pretendia regenerar. Mas não refletiam a opinião pública paulista, que se afastava cada vez mais do oficialismo, apoiando as idéias da Aliança Liberal. Nada disso seria levado em consideração. São Paulo era o Estado mais importante da Federação e o que aqui se decidisse pesaria decisivamente no futuro da revolução". (*Folha Dobrada*, São Paulo, O Estado de S. Paulo, 1982, p.15.).

O desdobramento dessa crise é conhecido de todos: a Revolução Constitucionalista que impôs a Vargas a convocação da Assembléia Constituinte e o adiamento de seus planos de transplantar para o plano nacional, com algumas adaptações, o sistema implantado no Rio Grande do Sul por Júlio de Castilhos ainda na primeira década republicana.

Se bem que os liberais tivessem sido aliados do governo federal e a disputa pelo poder se travasse entre correntes autoritárias, a bandeira da Revolução de 30 fora composta pelo ideário liberal e o clamor em prol da reconstitucionalização do País assumia caráter nacional. Contudo, o fato de que a Revolução Constitucionalista tivesse assumido feição eminentemente paulista levou a que o Governo Central procurasse focalizar preferentemente o intuito separatista que inegavelmente se apossou de certos contingentes em São Paulo. Armando de Salles Oliveira percebeu com toda nitidez o caráter central dessa questão e conseguiu retirá-la completamente da ordem do dia.

Conforme foi indicado, até a época da Revolução de 30, quando completara 43 anos de idade, Armando de Salles Oliveira era um homem vinculado à área empresarial. Mesmo no período que lhe seguiu de imediato, suas preocupações dirigiam-se sobretudo naquela direção. Assim, ainda em julho de 1931 vamos encontrá-lo cuidando da organização do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), que desempenharia, em relação ao setor privado, o mesmo papel que a Fundação Getúlio Vargas exerceu no setor público em matéria de modernização administrativa. A gravidade do quadro político é que acabaria afastando-o de tais afazeres. Já em 1932 participa ativamente nas articulações que iriam desembocar na Revolução Constitucionalista. Depois desse movimento, seria um dos responsáveis pela vitória no pleito eleitoral de maio de 1933, convocado para escolha da representação à Assembléia Constituinte. Após as eleições, reaviva-se o movimento em prol de um interventor civil e paulista. A coligação constituída pelo PRP e pelo Partido Democrático indica-o para a

interventoria, indicação que é aceita por Vargas. Seria pois à frente do Governo de São Paulo que Armando de Salles Oliveira iria enfrentar com êxito as ilusões separatistas.

Eis como o próprio Armando de Salles Oliveira se refere a esse aspecto de sua atuação política. "A primeira campanha, encetada em um ambiente saturado de decepções e de sofrimentos, visou reconquistar para a idéia nacional uma fração considerável do povo paulista, a qual persistia em não se aproximar dos homens que estavam no poder, responsabilizados pelas provações que lhe tinham sido infligidas. Era uma campanha feita de compreensão e sinceridade. Tendo no próprio peito, ainda não fechadas, as feridas que se abriram em todos os paulistas, eu compreendia a extensão do mal e as dificuldades da conciliação. Ao lado das feridas, porém, permaneciam, intactas as fibras mais íntimas, as que formam a essência do meu ser. Essas repeliam a idéia de trocar um horizonte de imensas perspectivas por um horizonte limitado; as pompas do presente poderiam dar a ilusão de grandeza, mas se desvaneceriam quando, comparando-se com os grandes países, pesássemos o que poderíamos valer como nação" (*Jornada Democrática*, Rio de Janeiro, José Olímpio, 1937, p. I e II).

A política de conciliação nacional encetada por Armando de Salles Oliveira mereceu ampla aprovação nas eleições de 14 de outubro de 1934, quando foram eleitos deputados federais e estaduais, os primeiros para a legislatura ordinária após promulgada a Carta Magna e os últimos para elaborar a Constituição Estadual. Enfrentaram-se o Partido Constitucionalista, organizado em 1934 para realizar, expressamente, "uma síntese das aspirações de defendidas pelas revoluções de 1930 e 1932", e o antigo Partido Republicano Paulista (PRP). A expressiva vitória do Partido Constitucionalista permite que a Assembléia Estadual eleja o próprio Armando de Salles Oliveira para o governo constitucional do Estado. Tal se dá em abril de 1935.

Nos dois mandatos em que estive à frente do governo de São Paulo – primeiro como interventor e, depois, na condição de governante constitucional – reconstituiu o aparelho administrativo do estado, desarticulado pelas sucessivas intervenções do governo federal, notadamente depois da derrota da Revolução Constitucionalista. Essa revelação como administrador competente teria o seu papel no fato de que se haja tornado alternativa expressiva à nova situação (castilhista). No plano político, conseguiu reagrupar as correntes liberais-democráticas no Partido Constitucionalista (criado em fevereiro de 1934). Ao mesmo tempo, tratou de normalizar o relacionamento com o governo federal, no novo quadro em que se restauraram as instituições do governo representativo.

Recomposta a situação de São Paulo na Federação, passava a primeiro plano a reorganização das correntes liberais no País. O quadro vigente em

nada favorecia semelhante propósito. Na Europa, o nacional-socialismo tornara-se uma força polarizadora de grande vitalidade. A alternativa mais visível, o socialismo internacionalista, só na aparência lhe era oposta porquanto também correspondia a uma facção totalitária. Os Estados Unidos andavam ainda às voltas com as feridas da crise de 29. No Brasil, pululavam as facções autoritárias, a começar dos castilhistas no poder.

Sabemos que o grupo paulista liderado por Armando de Salles Oliveira não conseguiu impor as eleições presidenciais de 3 de janeiro de 1938. O golpe de 10 de novembro de 1937 levou os liberais à prisão e ao exílio. Contudo, é fora de dúvida que conseguiram compor em harmonia um programa liberal que marca um ponto alto na história dessa corrente no Brasil. Esse programa encontra-se nos vários discursos da campanha presidencial de Armando de Salles Oliveira, tornados acessíveis graças à compilação efetivada por Arsênio Corrêa, que se publicou sob o patrocínio do Instituto Tancredo Neves. De suas idéias centrais, cumpre assinalar o que se segue.

A primeira novidade a destacar consiste no papel que Armando de Salles Oliveira atribui ao partido político, o que, na época, ainda não era de reconhecimento universal. Estava atento para a magnitude do seu papel e acreditava mesmo que "a decadência da política paulista, nas duas últimas décadas" ...vem do fato de se ter anulado, diante dos chefes do Executivo, o próprio partido que os elegia". A seu ver, "viveremos em regime democrático, se soubermos resguardar a estabilidade e a autoridade do Executivo e fortalecer-lhe os meios de defender a nação, e se soubermos dar vida ao Parlamento, enviando-lhe representantes de partidos políticos que, firmando-se em largos programas de futuro, não percam de vista as realidades e os fatos e se disponham a agir". (*Jornada Democrática*, p. 32.)

O bem maior a que a Nação pode aspirar corresponde à manutenção das liberdades democráticas, cujos inimigos encontram-se não apenas entre os comunistas, como então se alardeava preferentemente, mas igualmente nos arraiais autoritários. Falando em nome de seu partido, escreveria, "louvei as formas tradicionais da civilização brasileira. Estamos impregnados do sentimento nacional, que oporemos às investidas marxistas da frente internacional. Mas estamos também impregnados do sentimento democrático, que oporemos, com o mesmo vigor, às tentativas de assalto dirigidas pela direita." Dizia-se então que o livre exercício da política impedia que o País se ocupasse dos seus problemas fundamentais. Ao que replica: "Se no campo nacional há necessidade de tréguas para a solução de alguns problemas, promovam-se as tréguas, sem que isto implique a abdicação ou o desaparecimento dos partidos".

O discurso de Juiz de Fora (14 de agosto de 1937) permanece como um roteiro seguro para o posicionamento liberal em face da denominada questão social. Enfatiza ali que a pobreza é "um tema de estudos, de investigações e meditação, um criador de atividades, um excitador de obras

coletivas, uma inspiração permanente de assistência e de previdência sociais e nunca um motivo de exaltações convulsivas ou delouvaminhas langorosas". Até hoje, entretanto, atende apenas à retórica da burocracia, servindo de pretexto para novos e subseqüentes assaltos ao contribuinte. O liberalismo, adverte, reconhece os exageros do individualismo. Mas, nem por isto se pode retroagir à situação anterior, quando o indivíduo se encontrava indefeso diante do Estado. Reafirma, portanto, que "o interesse individual não pode ser desconhecido pela proteção coletiva". Noutra oportunidade, falando às classes conservadoras de São Paulo, não vê razão para "considerar a riqueza, honestamente adquirida, como coisa infamante, segundo as idéias da Idade Média".

A pregação de Armando de Salles Oliveira é nitidamente no sentido de um Estado que marque a sua presença nos grandes temas da vida econômica e social sem embargo da confiança que sempre manifestou na iniciativa privada e na capacidade de discernimento dos vários segmentos da sociedade. Diríamos hoje que se inclinaria pela modernização do Estado, preparando-o para abandonar o laissez faire, mas sem admitir intervencionismo que eliminasse a empresa privada e consagrasse os monopólios estatais, a exemplo da política que veio a ser consagrada no Brasil.

Muitas das criações de Armando de Salles Oliveira, à frente do governo paulista, notadamente no terreno educacional passaram a constituir marcos históricos, oportunamente preservados. Coube-lhe o mérito de implantar a Universidade de São Paulo (USP), empreendimento que atesta a possibilidade de sucesso da intervenção direta do Poder Público no ensino superior, o que não tem ocorrido quando se trata da União. Entre os empreendimentos bem-sucedidos, não se pode deixar de mencionar o IPT –que configura um modelo de elevação do nível tecnológico de empresas pequenas e médias –, a formação de técnicos agrícolas e o estímulo à modernização e diversificação da agricultura, a reforma administrativa e tantas outras iniciativas que acabaram inequivocamente associadas ao nome de seu criador.

Para apoiar a sua candidatura à Presidência da República constituiu-se, em junho de 1937, a União Democrática Brasileira embrião da futura União Democrática Nacional (UDN), constituída para congregar os liberais após a queda do Estado Novo. Armando de Salles Oliveira chegou a tomar parte na primeira reunião do Diretório Nacional da UDN, realizada em 21 de abril de 1945. Tendo regressado pouco antes do exílio que lhe fora imposto pelo Estado Novo, já então se encontrava bastante enfermo. Em conseqüência, veio a falecer logo depois, a 17 de maio.